

RAIMUNDO DA CUNHA MATOS, UM PORTUGUÊS VIAJANDO PELO SERTÃO DO BRASIL

Rita de Cássia Guimarães MELO¹

RESUMO

Este artigo faz parte de um projeto sobre a ocupação do Sertão brasileiro no século XIX. Discute o papel dos viajantes cientistas e militares na internalização do Império do Brasil, enfocando a vida profissional e a construção intelectual de Raimundo da Cunha Matos, português naturalizado brasileiro, membro fundador do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB), governador de armas e deputado pela Província de Goiás. Na transição do Reino para o Império do Brasil, ele empreendeu viagens ao *hinterland* do território, oportunidade em que descreveu e localizou fronteiras naturais, fauna e flora, rios, gentes e terras, problemas nas áreas de mineração, destruição da natureza, abandono das regiões auríferas na província de Goiás. Contribuiu para as soluções em facedas dificuldades de povoamento, produção e mercantilização do vasto território pouco conhecido.

ABSTRACT

This paper belongs to a major project on the exploration and colonization of the Brazilian hinterlands, the so-called *Sertões* in the nineteenth century. This papers discuss the role of wandering naturalists and military officers on the exploration of the Brazilian Empire territory. The paper focus on the figure of Raimundo da Cunha Matos, a Portuguese Brazilian Intellectual, Military Officer, Provincial Deputy and Governor of the Goias Province, founding member of the *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (IHGB). Matos undertook several travels in the Brazilian hinterlands during the time of the political shifts experienced by the her independence from Portugal. In his travels he took notes and classified the natural borders, unknown rivers, new vegetal and animal species and mining and productive issues in the gold region of Goiás Province, besides its notes on the local people and their culture. His main goal was to propose solutions on how to tackle colonization and production problems and how to develop commercially this huge unknown and underexplored region.

¹Professora da Universidade Federal do Tocantins (UFT). Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo (USP) com Pós-doutorado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. E-mail: ritaguimaraes@uft.edu.br

A literatura de viagens constitui um gênero literário, uma produção intelectual de relatos que ensejam temas de análise e interpretação histórica no campo das ciências humanas em geral. A produção dos viajantes durante os séculos XIX e XX (escrita e iconográfica) consolidou-se objeto de estudos e debates historiográficos em vertentes e conteúdos diversos, delimitados pelas abordagens teórico-metodológicas das relações entre História e Literatura. A expressão “literatura de viagem” data das últimas décadas do século XX identifica “como literatura autônoma, como subgênero, um espólio literário (e também cartográfico e iconográfico) [...] um *corpus* de textos cujas balizas cronológicas situam-se entre os séculos XV e XIX, cuja natureza é em si compósita e interdisciplinar e cuja atividade é compartilhada pela Antropologia, pela Geografia e pela História” (BERLINCK, 2007, 11).

A historiografia brasileira oitocentista nasceu imbricada com a literatura, “subordinada como gênero literário,²” de relatos de testemunhos oculares e veio a constituir-se na expressão “história-relato”, “história-testemunho”, característica que “jamais deixou de estar presente no desenvolvimento da ciência histórica” (Le Goff, 1990). Após a Independência do Brasil (1822), as viagens etnográficas adquiriram sentido específico e passaram a responder pelos princípios liberais do século XIX – formar a nação, defender a unidade territorial e construir uma identidade nacional –, pilares sobre os quais forjaram uma historiografia legitimadora da nascente nação brasileira.

Varnhagen em sua *História Geral do Brasil* notou, num capítulo, a forte presença, no início do século XIX, de viajantes estrangeiros que vinham fazer negócios, abrir casas comerciais, explorar riquezas, tentar fundar colônias, como Langsdorff, desvendar o país. Muitos deles acabaram por constituir um olhar balizado pela cultura letrada europeia, dita civilizada, a respeito do Brasil, sua natureza e sua gente. Eles circulavam no âmbito da corte, pois muitos eram agentes diplomáticos ou vieram a serviço do Estado (SCHIAVINATTO apud ISTVÁNJANCSÓ, 2003: 617).

²A *Confederação dos Tamoios*, “epopeia” publicada por Gonçalves de Magalhães em 1857, é bom exemplo disso. “O poema, como sabemos, ficou mais conhecido pela marca que deixou no cânon historiográfico brasileiro do que pelas suas qualidades literárias. (...) esse intelectual, como muitos outros dos Oitocentos, reuniu em sua obra tanto o discurso historiográfico como a imaginação literária, sempre para a maior glória do nascente Estado” (PUNTONI apud ISTVÁNJANCSÓ, 2003: 633).

O olhar do viajante oitocentista, no entanto, váise transformando, à medida que as viagens e expedições científicas tornam-se predominantes. A linguagem do poeta romântico Gonçalves Dias nos relatos de viagem pelos rios Amazonas, Madeira e Negro, entre 15 de agosto e 5 de outubro de 1861, deixa de lado o olhar romântico, a narrativa idealista, “a tentação de enobrecer” aquelas paragens, para ser predominantemente descritiva ao ressaltar as “ruínas” e o estado de “abandono” das localidades por onde passou (SÜSSEKIND, 1996:94). A descrição de viagens de poetas e literatos como ele, engenheiros e naturalistas de variados interesses e motivações passa do registro idealizado para as narrativas “realistas” sem, no entanto, abandonar a “tentação” de enobrecer a natureza e registrar fatos exóticos.

Ao longo dos Oitocentos a linguagem dessas narrativas caminha para a materialização em vez dos floreios literários, das potencialidades dos recursos naturais existentes, centrando-se no cunho científico e institucional das informações colhidas.

Entre o mar e o sertão, entre o mar e a serra, entre o mar e o indígena havia um mundo novo. Este será o capítulo original da história brasileira, o cenário de outra epopeia, sem a projeção poética da outra, ornamentada pelos deuses latinos e pelas letras da Renascença. O mito edênico do selvagem não durara um século; em seu lugar, apareceu o índio feroz, o senhor da terra, traiçoeiro e impiedoso (FAORO, 1994: 181).

O olhar dos viajantes privilegia os recursos da natureza como potenciais objetos de transformação para fins de produção econômica, e os habitantes locais, como objeto de trabalho. Ao realçar os aspectos da decadência do interior do Brasil, os representantes oficiais clamam por intervenção governamental, bem como apontam os métodos adequados à transformação do homem e da natureza em fatores de produção mercantil. Apesar das continuidades sob o viés do exotismo, o viajante é induzido a perscrutar naquelas áreas os possíveis modos de fazê-las produtivas no interior do sistema de capital e na produção de mercadorias voltadas para os mercados interno e externo. O sertão desconhecido e despovoado torna-se um território onde o “exotismo” das populações nativas ingressa no desenvolvimento econômico, e os habitantes, antes voltados para a liberdade do trabalho ocasional, tornam-se objeto de discursos disciplinadores do tempo e da dedicação ao trabalho regular.

A liberdade romântica imputada ao sertanista, cujas características da mestiçagem fizeram dele um guerreiro de vida seminômade, um aventureiro rebelde,

faminto por novos horizontes, transforma-se em obstáculo à civilização(CUNHA, 1994: 23). O desejo de intervenção enseja registros racionais,segundo os quais a “paisagem amada” é idílica: “e, nesse sentido, o que o colonizador tem diante de si não é mais paisagem, o que ele tem diante de si é a mata ou o sertão bravo – e a ênfase aí vai na expressão bravo, porque o ato realmente dignificante desse indivíduo é o do desbravamento” (*Idem*, 110). Em razão disso, os empreendimentos governamentais e particulares, que visavam desconstruir as áreas sertanejas, passaram a nomear técnicos e engenheiros, a fim de que descrevessem e avaliassem as potencialidades reais e virtuais dos rios, da fauna,da flora e do solo úteis ao plantio regular de alimentos e à criação de gado.

Durante os Oitocentos, os modos de expansão do território em sentido leste foram o mesmo do período colonial.De acordo com a interpretação de Sevchenko, constituiu “uma guerra declarada contra a natureza (1996: 108ss). Para os observadores externos, os modos de vida do sertanejo não coadunavam com o ideário de trabalho e de produção de “riqueza”, uma vez que a ambição era considerada “sentimento inato” e propulsor da atividade, do trabalho e consequentemente da riqueza material. Em meados da centúria, os registros oficiais atinentes às terras ignotas,passaram a responsabilizar os sertanejos descendentes dos bandeirantes, dos “entradeiros” intrépidos,³ pelo perene “atraso” das áreas e regiões do Brasil mais profundo.

Este texto alude brevemente a representações do sertão e do sertanejo presentes na*Corografiahistórica da Província de Goyaz* (1824), de Raymundo José da Cunha Mattos (CUNHA MATTOS, 1874: P 45; 1875: 5SS; BARBOSA, 1903: 83SS; BRASIL, 1924: 177SS; RODRIGUES, 2010: 34), protótipo de narrativas de experiência.Nelas, os autores procuram fixar em linguagem textual os elementos da cultura sertaneja, as características do espaço-tempo, registros geográficos e eventos históricos. Publicada na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*(IHGB),a

³A história da expansão territorial realizada pelos bandeirantes foi escrita por Afonso d'E. Taunay, “autor da maior obra do movimento expansionista, comparada a raros movimentos de outras partes do mundo: a dimensão de desbravador de territórios desconhecidos. Sua obra mais importante foi, sem dúvida, a *História geral das bandeiras paulistas*, que começou a ser publicada em 1924 e só terminou em 1950” (ABUDE, 1999: 76).

“Corografia” constituiu um gênero de escrita que “subsidiava” e respondia aos objetivos do instituto desde sua fundação em 1838, proposta pelo próprio Marechal Cunha Matos.⁴

Com a independência, proclamada em 1822, o território brasileiro manteve-se integrado, apesar das revoltas locais que agitaram os primeiros tempos de nossa autonomia política. Mantinha-se ainda, no entanto, um enorme desconhecimento do verdadeiro tamanho do território brasileiro, de suas riquezas e de sua história. Com o objetivo de dar sustentação ao projeto de construção do novo Estado que se formava, foi criado o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB, em 1838. O IHGB tinha, dentre as temáticas pesquisadas, uma dedicada às viagens e explorações científicas pelo Brasil, com a finalidade de definir com precisão os contornos físicos do novo País, elencar riquezas e potencialidades naturais, esquadrinhando os rios e a topografia das regiões, concentrando-se, sobretudo, nas regiões de fronteira, tendo em vista as integrações econômicas e política do novo Estado (HERMANN, 2007: 30).

Raymundo da Cunha Mattos (1776–1839), nascido no Faro, região do Algarve, muito cedo sentou praça na Companhia de Artífices do Regimento de Artilharia. Serviu ao Império luso por 18 anos na costa da África até alcançar o posto de tenente-coronel, quando “faria o roteiro dos administradores coloniais atravessando o Atlântico”, a fim de continuar a prestar serviços militares ao Império do Brasil. A lealdade manteve-se até a precipitação dos eventos que levaram ao rompimento do Brasil com Portugal. Pode-se afirmar que Cunha Matos manteve-se “colado ao ideal da grande nação portuguesa”, identidade que “seria igualmente repassada como um marco distintivo em seu legado escrito.”⁵ Chegou ao Brasil designado a combater a Revolução Pernambucana de 1817, em cuja província permaneceu durante dois anos organizando e instruindo tropas.

Em 1823, depois de promovido a brigadeiro, foi despachado governador das armas na longínqua província de Goiás, nomeação essa provavelmente motivada pelos

⁴ A “ausência do documento” histórico sobre a história do Brasil naquele período explica porque o Instituto publicava tantos relatos de viagens e história de vida dos homens considerados importantes para a história pátria. À falta de “testemunhos” sobre os fatos, personagens e lugares desconhecidos, “a fala autorizada dos viajantes” preencheria uma lacuna, tornando tais narrativas história, uma forma de obter o maior número possível de documentos relativos a História e Geografia (SCHIAVINATTO *apud* ISTVÁNJANCSÓ, 2003: 617).

⁵ “Eu sou Europeu tão honrado como o melhor de nascimento em Portugal: sou Brasileiro, e de sentimentos tão puros como o melhor Português nascido no Brasil: não faço distinção entre um, e outro Reino; protesto viver, e morrer por ambos, e também protesto à face do Céu, e da Terra que serei implacável e eterno adversário de todos os adversários do Brasil e de todos os inimigos de Portugal, que quiserem atacar a honra, a dignidade, e os interesses do Brasil Pátria minha cuja sagrada Égide me ampara, cuja substância me alimenta, cujos habitantes me honram, e cujo Governo me encaminha a uma feliz tranquilidade” (*Apud* KODAMA, 2008: 392).

conflitos entre portugueses e brasileiros, o momento mais tenso pós-independência do Brasil. Naquele ano escreveu o *Roteiro de viagem do Rio de Janeiro ao Pará*. Entre 1826 a 1833 foi representante da província. As *Memórias da campanha do Sr. D. Pedro de Alcântara, ex-imperador do Brasil no reino de Portugal com algumas notícias anteriores ao dia do desembarque*, publicadas em 1833, foram consideradas por seus contemporâneos “o tratado mais completo e exato” dos acontecimentos entre 1822 e 1824 (BARBOSA, 1902: 108). Acompanhando a volta do imperador D. Pedro I e de sua família para Portugal, Cunha Matos deixou registrado os últimos dias da corte entre a saída do Brasil e a chegada a Portugal em plena revolução constitucionalista na cidade do Porto.

A *Corografia histórica da Província de Goyaz* foi dedicada ao imperador e veio a lume três décadas depois do falecimento do autor. Logo na introdução, Cunha Matos lamenta as condições de trabalho do intelectual nos países “cultos”, onde não faltavam recursos materiais, documentos, livros orientadores do pensamento e da escrita fundamentada, nada comparáveis aos obstáculos impostos ao escritor, “que, no centro de vastos desertos; no coração do império do Brasil, carecendo de livros, mapas e informações exatas, se vê de contínuo batalhando com o clima que o ameaça, e com os incômodos que o atenua, sem achar socorros científicos para levar avante os seus desejos, o seu patriotismo, ou pelo menos a curiosidade” [...].

Se dificultosa era a tarefa de escrever a *Corografia* e a história das nações civilizadas, “(...) muito mais seria a empresa de escrever na província de Goyaz aquele que não viaja; perigosíssima tarefa é a de escrever na mesma província aquele que vai viajando, com intenção de se informar”. A intenção de Cunha Matos era redigir a *Corografia* na capital da província, onde, segundo ele, contava com “monumentos”, isto é, com registros oficiais até então produzidos sobre a situação geográfica e histórica da província. Mas “a sorte dispôs outra coisa”.

Como militar foi convocado pela Secretaria da Guerra para coibir os focos de insurreição que ocorreriam no Brasil entre os primeiros anos da independência (1822) até sua morte em 1839. Dessa “sorte” resultou uma escrita que, segundo o autor, nascia da inspeção ocular e da memória, mas era enformada pelo “conhecimento prático e baseado na experiência” de longos anos de serviços prestados ao Império português. Ao lhe faltarem os “monumentos”, os registros dos governadores e ouvidores, os relatórios

de comércio, agricultura e administrativos, lidos e anotados antes de iniciar a viagem, recorreu ao plagiário comum às narrativas de viagem. Preocupado com a escritura geográfica, não lhe faltaram “fins próprios d’um militar, que podia ver convertido em teatro de operações marciais aquele mesmo território, que como filósofo esquadrinhava”.

A *Corografia* é uma compilação histórica do período de descobrimento e declínio das minas de ouro (1726–1732). Cunha Matos descreve as localidades da província de Goiás traçando um paralelo entre a economia da mineração e as ruínas deixadas pela exploração do minério. Apesar dos malefícios ocasionados à região pela dedicação exclusiva à exploração do ouro,⁶ descoberta e povoada “por aventureiros, que só procuravam riquezas [...] ouro, só ouro”, Cunha Matos avalia o período como início de um processo civilizatório, uma vez povoada inicialmente por “gente rica”, paulistas e mineiros, seguidos por “portugueses toscos, mas industriais”. Como o objetivo dos aventureiros do ouro era “chegar, trabalhar, enriquecer e retornar à pátria”, não se deram o trabalho de construir casas nem de estabelecer vínculos familiares; “raras vezes entrou na província alguma mulher da sua cor”. [...] “As poucas negras e as índias que existiam eram os únicos objetos de ternura dos aventureiros”, que mantiveram o costume de comprar escravos homens e “quase nunca mulheres”.

Observado sob um mesmo prisma o espaço físico e os habitantes, Cunha Matos acredita que somente um “poderoso braço” conseguiria tirar o “povo da apatia em que se conservava”. Ao longo do itinerário relaciona as necessidades da província, que pode ser denominada “geografia da falta”. (...) “falta restabelecer e restaurar a boa-fé nos comerciantes; falta obrigar os homens ao trabalho da agricultura; falta compeli-los a empregarem-se na navegação; falta dar nova vida às construções de grandes barcas chatas; falta consertar e desobstruir estradas e abrir outras mais direitas e mais cômodas; falta reformar as pontes arruinadas; falta dar prêmio aos maiores exportadores e tirar todos os embaraços aos importadores; falta abolir o direito do quinto, acabar com as

⁶ Em *Caminhos de Goiás*, Chaul considera que o estigma da “decadência” da província atravessou o século XIX até o limiar da “modernidade” no Brasil: “tudo começa com o ouro [...] tudo acaba também com o ouro” [...]. De Silva e Souza (1812) a Cunha Matos (1823), do Doutor Pohl (1810) a Saint-Hilaire (1816), passando por D’Alincourt (1818), Burchel (1827), Gardner (1836) e Castelnau (1843) e chegando aos historiadores contemporâneos que tratam o período da mineração e da agropecuária em Goiás, além de intelectuais de outras cepas e anônimos da escrita, a aceitação da decadência da sociedade goiana no período pós-minerador é unânime (CHAUL, 1997: 34).

alfândegas ou registros internos; repelir os índios ferozes; estabelecer postos militares, fortes sobre os rios e abrir canais”[...]. A única maneira de a província sair do estado de ruína e pôr-se nos trilhos do “progresso” esbarrava na falta de infraestrutura. Os caminhos existentes tinham sido:

[...] criados sobre as picadas deixadas pelos índios, reaproveitadas pelos pioneiros, quase sempre sob estímulo das autoridades. Outras vezes, e contra a lei, diversas trilhas marginais foram abertas, fosse para encurtar caminhos, abreviar distâncias, fosse para fugir à ação opressora dos Registros e Passagens, que cobravam pesados impostos sobre as mercadorias e metais preciosos que por aí veiculavam. Desde 1733 atuava uma lei que impedia a abertura de estradas justamente para combater o contrabando (LENHARO, 1993: 48ss).

À falta de comunicação via estradas somava-se o “pouco pendor” dos habitantes para o trabalho efetivo, pois “os braços são poucos e os homens não aproveitam as vantagens da natureza”. A visão do autor sobre os moradores dos arraiais e vilas era de extremado pessimismo. “Este arraial vai caminhando para uma completa aniquilação; as suas famílias mais nobres acham-se quase extintas, e grandes propriedades de casas estão de todo abandonadas”. O problema demográfico dificultava a ocupação produtiva da terra e gerava o desinteresse da população em produzir excedentes, única forma de criar riquezas e obter receitas fiscais graças à circulação de mercadorias. Um círculo no qual os analistas do período perdiam-se em conjecturas que solucionassem os entraves econômicos em uma província extensa, habitada por 149.743 almas espalhadas em um território de 617 mil km², com menos de três habitantes por quilômetro.

Em 1824 eram poucos os escravos naquela região. Segundo Cunha Matos, os homens e mulheres brancos habitantes da província descendiam dos primeiros povoadores e constituíam uma casta de “descendentes bastardos”. Temendo serem confundidos com os pretos, os livres e pobres recusavam-se a trabalhar.

Os homens livres não querem trabalhar para não se parecerem ou para não se confundirem. Lembrados das antigas riquezas de seus maiores, sabendo que eles possuíam e trabalhavam com escravos, e que os homens livres não se ocupavam no duro serviço da mineração, conservam-se em apatia e ociosidade. Há bem poucos homens livres de nascimento, que trabalhem em lavras secas ou nos rios: os escravos, ou algum preto ou pardo liberto, são os que por ventura e, em número mui diminuto, extraem em o pouco metal que ainda aparece; e é tão desgraçada esta gente, que para dar pasto á sua moleza, ou ociosidade, não trabalham enquanto lhe duram algumas oitavas de ouro que tiram.

Pelos descendentes da bastardia, os homens livres, registra sua impressão num misto de condescendência e reprovação. De passagem por uma vila, encontrou um fundidor de “fenomenal habilidade” que, no entanto, “era um poço de preguiça”. (...) “o povo de Goiás é dotado de grandes talentos para todas as artes: a preguiça, o contentarem-se com o pouco, a lembrança da nobreza e riqueza dos seus maiores, faz que tão extraordinários benefícios da natureza sejam por eles desprezados”.

No itinerário, Cunha Matos extraía dos moradores informações históricas, bem como registravaseus clamores por melhorias das estradas por onde pudessem comerciar os gêneros produzidos nas roças e fazendas.⁷ Sem pejo considera que os habitantes inventavam tais “pretextos frívolos” com o objetivo de encobrir a “preguiça” de trabalhar a terra: “contentam-se com a mendicância, com o roubo, com a caça dos bosques, frutos das árvores e raízes da terra”. Ao ressaltar os prodígios da natureza em detrimento dos meios de trabalho e do desenvolvimento das forças produtivas, o pensamento de Cunha Matos é consoante aos dos viajantes franceses, alemães e ingleses, que creditavam à terra mais valor que aos homens produtores do espaço. Ambição e trabalho, produção e mercado são conceitos balizares para comparar o mundo “civilizado”, o qual acreditavam representar, e o distante sertão⁸.

Se, no entanto, as potencialidades do mundo natural por si mesmas nada significavam sem a intervenção humana, Cunha Matos dissocia o homem das condições objetivas estruturais. Mesmo ao constatar a existência de um único arado em toda a província, o fato de os lavradores que mal “conheciam” a foice e o machado e as raríssimas vezes que tenha encontrado um trabalhador com enxada, nem por isso deixa de considerá-los preguiçosos e responsáveis pela falta de alimentos comerciáveis. Em

⁷ Em 1873, o Ministério da Fazenda realizou um inquérito a fim de obter informações sobre as fontes de prosperidade e de subsistência das províncias do Brasil. Ao comentar os dados relativos a Goiás, André Rebouças exclamaria: “Causa dó ver o minguado quadro da exportação da infeliz província de Goiás! A região ‘fertilíssima’ subsistia na ‘miséria e na decadência dos tempos coloniais’ [...]. A falta de vias de comunicação fáceis para a exportação dos produtos, explicava porque os lavradores só plantavam o estritamente necessário para o consumo local”. A centralidade geográfica da província fazia com que o comércio de exportação e importação fosse exclusivamente por vias terrestres, exigindo mais do que nenhuma outra estradas regulares e segurança aos viajantes (REBOUÇAS, 1875: 83).

⁸ “Destacava-se, nessas expedições, um olhar instrumentalizado e enciclopédico a recortar, classificar, nomear a natureza brasílica, tornando-a específica, irredutível a si mesma e, ao mesmo tempo, capaz de ser inserida quer numa geografia do mundo, nos quadros e vistas. Esse investimento em dissecar a natureza (re)nomeava suas formas, matizava suas utilidades e acabava por singularizá-la perante as outras conhecidas, sem que isso implicasse a presença de um olhar homogêneo, monolítico ou único” (SCHIAVINATTO apud ISTVÁNJANCSÓ, 2003: 617).

face da exuberância da natureza e da crença de que “a terra era a melhor possível”, a “preguiça” daquela gente era-lhe “inexplicável” [...]. “As desculpas de faltas de bons terrenos e de compradores é frívola, não merece atenção: em Goiás tudo se vende, tudo se aproveita [...]”. A fim de pôr termo ao quadro deplorável de “estagnação” econômica e “abatimento” moral da província de Goiás, Cunha Matos clama por “gênios empreendedores”. Emigrantes brancos, empreendedores morigerados, um governo de “braço forte”, poriam fim ao “atraso”, sujeitando os moradores locais ao trabalho diligente e disciplinado.

Enquanto Cunha Matos aposta na emigração de brancos morigerados, André Rebouças defende os nativos: não haveria no mundo colonos que pudessem competir com os indígenas. Nem os melhores colonos europeus superariam na colheita, na borracha, no cacau, na salsaparrilha, no cravo e nas infinitas especiarias que enriqueciam os sertões do Amazonas, de Goiás e do Mato Grosso.⁹

Nos escritos dos Oitocentos sobram louvores à natureza. A atividade mineradora inculcou nos habitantes “arraigado preconceito” contra o trabalho pastoril e agrícola, contra o trabalho sistemático, sinônimos de rebaixamento social e perda de status econômico. Eles não produzem recompensas imediatas, conduzem a região ao isolamento comercial, uma vez que, na província, os habitantes interessavam-se apenas pela agricultura de subsistência. O desinteresse dos moradores em geral pela produção de excedentes incomodava os homens de governo para os quais o “modelo mercantil do desenvolvimento econômico [era] o modelo dominante”.

A visão dos contemporâneos sobre a decadência da região, sobre o declínio da agricultura, constituiu uma impropriedade, uma vez que o termo ou conceito de “decadência” carrega uma carga de subjetividade, “[...] de caráter moral, ou mesmo religioso” [...] “campo de confusão” (Le Goff, 1990: 45). O emprego dele acarreta duas tendências históricas “deletérias”, na medida em que o analista não distingue o termo/conceito como um constructo ideológico dos contemporâneos sobre si mesmos e toma “para si as ideias e mentalidades” do período em que era compreendido o conceito de decadência, isolando-a do “sistema global” e cometendo uma “mutação da consciência histórica dos homens do passado. Para Le Goff, “a noção de decadência

⁹Ao ressaltar a importância do trabalho de catequisar os índios em Goiás, André Rebouças adverte o governo a fim de “formar apóstolos da civilização e do progresso”, que, instruídos nos idiomas e costumes dos indígenas, partiriam “à sua conquista com o ramo de oliveira na mão e com o Evangelho no coração” (1875: 25).

talvez esteja a serviço de certos tipos de história, hoje profundamente desacreditados: a história política, a história linear ou cíclica, a história catastrófica, e mesmo uma concepção de história que implique uma noção de civilização demasiado vaga e pobre, em relação aos conceitos de ‘sociedade global’ ou ‘formação história’.

Quem adotou essa categoria explicativa para o atraso da região Norte escolheu não valorizar a produção agrícola voltada para subsistência praticada por indígenas e homens livres e pobres. À luz de tal conceito, o historiador abstrai o “real” para privilegiar as ausências e descurar o que existe de fato. O desejo dos que pensavam exclusivamente numa produção agrícola direcionada para o mercado, que detinham o poder de registrar os descontentamentos e as ansiedades do presente no futuro obscureceu aquela economia de subsistência.

Tal decadência significa ausência de produção nos moldes impostos pela economia de mercado. As categorias decadência e isolamento são substantivo e adjetivo imputados a partir de juízos externos, uma vez que as referências dos emissários, regularmente externos, e as dos habitantes eram diametralmente opostas. Aqueles estavam voltados para a ideia de movimento progressivo e linear, razão pela qual a categoria decadência é contraponto da civilização e do progresso; estes, as populações, viviam determinadas pelo tempo cíclico e pelo ir e vir das chuvas e das secas.

Os aspectos do trabalho agrícola e de criação voltados para a subsistência foram registrados por viajantes dos séculos XVIII e XIX, representantes do Estado – administradores e engenheiros –, cujos julgamentos tendiam a desconsiderar as particularidades da região e dos habitantes. Eram “emissários” oficiais, cujos modos de ver e pensar as práticas de trabalho e de vida não coadunavam com a “imobilidade” temporal/espacial experimentada pelos habitantes das regiões remotas. Portanto, é à luz de matrizes recortadas das teorias econômicas vigentes no século XIX que é possível compreender os veredictos “pessimistas” acerca dos sertanejos.

Com o fim da atividade mineradora criou-se a ideia de um lugar vazio – “no melhor dos casos, o espaço passava por um meio vazio, recipiente indiferente ao conteúdo” [...] (LEFEBVRE, 2006: 18), preenchido por discursos acerca das faltas, das carências impeditivas do progresso e da civilização, temperados com registros de potencialidades futuras. Sem um produto que a distinguisse das outras “irmãs”, a região

permaneceu “isolada” numa angustiante procura de identidade econômica.¹⁰ A falta de um “produto” potencial que a representasse para si mesma e externamente, ao exemplo do açúcar, do café e do algodão alhures, cegou os homens daquele tempo, que transformaram o que existia de atividade produtiva em tábula rasa.

A economia de subsistência cumpria a função essencial, “quando não exclusiva”, do sistema de produção que era “assegurar a subsistência dos indivíduos que compõem uma comunidade, coletividade”. A afirmação de que o sistema de produção estava voltado para a subsistência não explica como ele cumpria efetivamente a função de produzir e alimentar homens e mulheres, moradores das vilas e arraiais envolvidos naquele sistema. Como ele funcionava? Ao mesmo tempo em que não caracterizava os alimentos indispensáveis à alimentação cotidiana. Os produtos da terra, como a mandioca, por exemplo, requerem pouca dedicação e resulta numa fraca relação entre tempo, trabalho e produtividade para além das necessidades tradicionais. Os estudiosos das regiões “remotas” recorrem à economia de subsistência como um exemplo clássico para explicar e justificar a “pobreza” das províncias, quando não responsabilizam os habitantes pela escassez e demais “mazelas” da vida cultural, política e social.

Quase sempre a economia de subsistência é vista como caracterizada por baixa produtividade e rentabilidade; comumente é caracterizada como uma economia de natureza fechada e tendente à autossuficiência. As formas de trabalho nela empregadas tendem a diferenciá-la da economia de exportação: nesta utiliza-se extensivamente o trabalho escravo; naquela é mais comum o emprego de formas não escravistas de trabalho (LENHARO, 1993: 23 e 26).

Em contrapartida, a concepção de economia de subsistência como fator de “atraso” econômico não se justifica em outras regiões do Brasil. Na região Centro-Sul, a corte foi abastecida pelos gêneros produzidos pela agricultura de subsistência, que “ocupou um espaço vital no crescimento das forças produtivas da região, apoiada na exportação do seu excedente para o consumo da corte”. [...] “Ao se referir à economia de subsistência em geral, a historiografia sempre a tem relegado a um plano apenas

¹⁰ A historiografia produzida sobre a região no período de 1970-1980 está referenciada no pensamento econômico de Roberto Simonsen. Este afirma que “somente a economia de exportação é geradora de riqueza”. Dessa teoria infere-se “uma atribuição de não-história para o desempenho da economia de subsistência”, de acordo com análise de Alcir Lenharo. Celso Furtado foi ainda mais rígido na aplicação do modelo de Simonsen. “Furtado atribui, na crise da mineração, a formação de um encadeamento de etapas – quebra da produção, atrofiamento da economia monetária e descapitalização –, que somente estancariam na economia de subsistência, de ‘baixíssima produtividade’. Endossam estas observações a decadência das cidades, a dispersão da população e a involução geral da economia” (LENHARO, 1993: 27).

subsidiário da economia de exportação, constituindo, portanto, apenas, um polo complementar à economia de exportação.¹¹”

Os registros dos presidentes e engenheiros nomeados pelo governo imperial são representativos dos valores econômicos sociais que presidiram o século XIX. Os viventes de então buscavam compreender e explicar a realidade histórica à luz de princípios e modelos de análise abstratos ou pouco aplicáveis ao presente imediato. É bastante elucidativa a sobeja produção de ideias em detrimento de ações efetivas aplicadas à melhoria da agricultura no Brasil. Francisco Iglesias resume essa situação a propósito da criação tardia, em 1860, da pasta da Agricultura, Comercio e Obras Públicas.

[...] o fato é digno de nota: país que tinha na agricultura o fundamento exclusivo de sua riqueza e desenvolvimento, não se preocupava muito com o tema, não atendo sequer repartição encarregada de seus assuntos. Afinal ela é criada, embora tenha funcionamento precário, por falta de técnicos capazes de acioná-la. O país não tinha o gosto pelas novidades, não desenvolvia o ensino ou o estudo de matérias mais técnicas, por seus graves preconceitos contra o trabalho manual, típicos de sociedade fundada na escravidão; para o brasileiro convencional, informado de valores retóricos, estudo era só o de humanidades ou leis, para formar o letrado ou o bacharel, origem de quase toda a vida pública (IGLESIAS, 1994: 98).

Administradores e viajantes do XIX não viam com bons olhos as regiões onde os modos de produção cujos fins não fossem abastecer o mercado com mercadorias agrícolas e/ou industriais. À agricultura de subsistência praticada pelos moradores associava-se incapacidade e falta de iniciativa para explorar o meio natural “abundante”. Nos Oitocentos, os escritos produzidos pelos estudiosos legitimam suas análises interpretativas sobre as regiões afastadas do centro propulsor das atividades voltadas para o mercado. Em razão disso, a parte Norte da província de Goiás ficou encerrada em si mesma, um centro econômico alhures, que lamenta as distâncias e as consequentes dificuldades de comunicação com o “centro” político-administrativo.

Se o declínio estiver associado à economia da província—riqueza proveniente da produção e arrecadação de impostos —, vale lembrar que o contrabando de gado cavalari era prática corriqueira. As coletorias eram insuficientes para coibir as saídas e entradas

¹¹ Estruturalmente, o Império se constitui “entre uma lavoura nova, apta a receber e implantar relações de produção mais avançadas, e uma lavoura tradicional, ancorada nos tempos coloniais, que resiste à introdução de novas relações de produção [...] uma lavoura voltada para o mercado interno, que se debate em problemas difíceis e que necessita o amparo do centro e a proteção que lhe permita sobreviver” (SODRÉ, 1967: 151).

de mercadorias, e a grandeza territorial fazia desaparecer os poucos recursos provinciais e os investimentos do governo central. Era um território “difícil de ser policiado, os hábitos e costumes de certas classes, e muito o uso de armas de defesa, tão arraigado desde os primeiros anos” (ALENCASTRE, 1862). Por conseguinte, a força pública nunca era suficiente para dar cabo às contravenções. Os sonegadores e criminosos eram acobertados contra as diligências das instituições e as cadeias eram ponto de fuga para os criminosos. A “integração” da região dependia da construção de estradas, sem as quais a produção e o comércio permaneceriam internalizados, dificultando o povoamento e a integração dos moradores (LENHARO, 1993: 23). Clara demonstração de que dominar o espaço territorial da região foi um processo custoso, que exigiu empenho do Estado para estabelecer e legitimar os dispositivos de coerção fiscal. Historicamente, naquela região, percebe-se a validade da afirmação de que “a instituição do imposto foi o resultado de uma verdadeira guerra interna, feita pelos agentes do Estado contra a resistência dos súditos, que se descobrem como tais [...] descobrindo-se como pagadores, como contribuintes¹²”. Lenharo registra em seu estudo que os caminhos abastecedores do Rio de Janeiro no início do século XIX eram os mesmos que abasteceram as Minas do século XVIII e constituíram-se em passagens de cobrança de pesados impostos.

Os comerciantes eram coagidos pela legislação de taxas e impostos. Se os conflitos eram sanados sem a mediação do Estado, aos poucos eles passaram a ser administrados e sanados pelos representantes da Justiça: implantava-se o governo dos homens sobre os homens, dependentes de decisão judicial – decisionismo, arbitrariedade e manipulações políticas, que o “subjativismo” esconde (HESPANHA, s/d: 14).

O comércio era praticado sem o constrangimento dos impostos cobrados pelas coletorias, cuja estrutura física e de pessoal era insuficiente para impedir a traficância do gado e dos produtos derivados que saíam da província em direção ao Norte¹³. Em

¹² “Só progressivamente se passa a ver no imposto um tributo necessário às necessidades de um destinatário que transcende a pessoa do rei, isto, esse ‘corpo fictício’ que é o Estado (BOURDIEU, 1996: 95ss).

¹³ O hábito da sonegação vinha dos tempos do tráfico. “Na década de 1760, por exemplo, os requerentes das sesmarias nunca citavam o número de seus escravos, conforme demonstram as duzentas petições consultadas. O contrabando campeava”. Evitava-se a todo custo o pagamento do “imposto de capitação e os dízimos” (SALLES, 1992: 229).

relatório de 1862, o presidente J. M. Alencastre afirmava ser impossível estancar o “contrabando”, uma vez que as fronteiras abertas da província – limitadas com seis outras vizinhas – exigiam policiamento diuturno, que não contava com recursos materiais e humanos para proceder a tamanha vigilância.

A traficância entre fronteiras, comum na província de Goiás do século XIX, continuou sendo ao longo do XX. Desde os tempos coloniais, mercadorias saíam da província à revelia do fisco, mesmo quando o governo central era o primeiro interessado em coibir o “tráfico” de diamantes, pedras preciosas, ouro. Posteriormente, a traficância continuou a ser praticada em pequenos bocados, acrescentados frutos nativos como coco babaçu, cera de carnaúba e castanhas. Não à toa o “contrabando” foi elevado a “princípio administrativo”, visto que a sistemática da prática venceu as leis e os regulamentos.

Portanto, o que ressalta é o aspecto moral do conceito de decadência, “a falta de instrução moral e religiosa”, como relata o correspondente de *O publicador goyano*, em Jaraguá:

O ouro, a ocasional da fundação de quase todas as nossas povoações, foi também a sua [de Jaraguá]. – Hoje que esse elemento de nossa riqueza, parece desaparecer de nosso solo, Jaraguá que só por ele foi fundada, vive triste, acabrunhada e anêmica, apesar de alimentar em seus pastos umas 30 ou 40 mil reses. Não sei que sorte é esta a de nossas povoações criadas pela ambição do áureo metal – aniquilam-se e morrem desde que ele deixe de ser explorado. Esse aniquilamento de que falo não é somente físico, posso mesmo afirmar que o moral o sobrepuja. *Vive tudo em completa anarquia, em um esfacelamento medonho, capaz de espantar os mais animados*. [g. n.] (*O Publicador Goyano*, 13 set. 1885: 1).

Se Cunha Matos tivesse utilizado os “monumentos” para escrever a *Corografia*, o julgamento moral sobre os modos de vida dos habitantes do sertão seria o mesmo. A menção à ociosidade permeia os relatórios dos presidentes de província: “o ócio e a falta de polícia em um país, onde se pode viver sem trabalhar, têm também concorrido para a diminuição da abundância”. Entre anos de “extremada fome”, seguia-se outro de “prodigiosa abundância”. Para o presidente da província, o crescimento da produção ameaçada pela escassez justificava-se graças à aplicação de mais e mais lavradores, “excitados pela carestia do passado”. Quando a fome anunciava-se com o fim dos estoques, a população voltava a produzir rapidamente para “trabalhar menos nos anos seguintes”. O que para ele significa que os braços eram “frouxos”, em razão do “ócio

permitido pela fertilidade da terra” (*Relatório*, 1835:12). No entanto, observa-se no discurso oficial a ponderação dos administradores a respeito dos problemas oriundos da mineração, considerando-a não mais indicativa da “verdadeira” riqueza de um país (*Relatório*, 1886:10).

A condenação do passado de economia aurífera torna-se o conteúdo dos discursos proferidos nas tribunas, onde se ressaltava no presente os prejuízos causados por aventureiros “atraídos unicamente pela mineração”, (...) pelo desinteresse em “estudar as comunicações” e “tampouco [em] fazer a agricultura; edificando, mesmo sem plano, muitas povoações, que até hoje jazem encravadas no interior do país sem vida própria (*O Paiz*, 3 set. 1885:3). A superação do “atraso” far-se-ia a partir da adoção de mecanismos coercitivos por parte do governo que coibia a inclinação ao “mister ingrato de mineração”, inclinando os habitantes para o “moralizador empenho do lavramento das terras”. O discurso dos contemporâneos pregava a necessidade de estudos relativos aos modos de aproveitar os rios da região Central. A abertura de vias de escoamento fluvial incentivaria a população da região a valorizar o trabalho agrícola e a ver nele possibilidade de comerciar produtos (TAUNAY, 1875: 12).

Finda a Guerra do Paraguai (1864–1870), os homens de negócios associados ao capital estrangeiro, particularmente o inglês, voltaram seus olhos para o interior do Brasil, visando a construção e exploração das “linhas férreas”. Eram muitos os pedidos de subvenções e custeio de “estudos preliminares” em áreas onde detectavam “oportunidades” de investimentos. As contumazes respostas negativas a essas demandas eram justificadas pela falta de verbas. A província de Goiás “andava apertada em suas economias”, sofria de “penúria orçamentária”, sem autonomia¹⁴ institucional alguma para decidir a respeito de investimentos, bem como para solicitar empréstimos e sem poder bancar os pagamentos dos mesmos. Em razão de tal situação, os administradores pouco podiam realizar em prol das comarcas, distritos e termos.

¹⁴ São palavras do visconde do Uruguai: “As nossas Câmaras Municipais são extremamente peadas. Compondo-se a sua receita em geral de alguns magros impostos, cujo produto em alguns lugares mal cobre a despesa com o pessoal indispensável, não podem lançar a menor conta para tal ou qual melhoramento local, nem fazer a mais pequena despesa, ainda mesmo de natureza obrigatória, sem a morosa autorização das Assembleias Provinciais, as quais, absorvidas em assuntos maiores, políticos e parlamentares pouco cuidam tais minuciosidades” (GOYAZ, *Relatório de 1883*: 14).

Os jornais da província de Goiás publicavam estudos e relatórios de viajantes,¹⁵ projetos realizados por engenheiros e técnicos, de acordo com os quais se traçavam planos e projetos de aproveitamento dos rios onde eram navegáveis e onde se fazia necessário construir canais, estradas de ferro e portos. Alardeados nos periódicos da região e da corte, esses estudos acabavam sendo esquecidos e substituídos por outros também não executados. Tratava-se de “projetos”, um risco de água naquela realidade, que não passavam de escrituras representativas de desejos futurísticos. Ideações de envergadura que alimentavam os devaneios de “desenvolvimento”, “riqueza” “prosperidade”, desejos realizados e difundidos pela “tecnologia escritural” (HESPANHA, 1986: 42).

Tais registros escritos e difundidos pelos jornais criavam um efeito de realização, o bastante para alimentar as expectativas de ação. Os efeitos da escrita e das possibilidades criados por ela tornavam-se mais relevantes do que a realidade das análises das condições materiais de produção dos projetos traçados. Seus autores eram movidos pelo desejo de encontrar as potencialidades da região, de vencer os entraves postos pela natureza, bem como a falta de recursos monetários somados à inoperância dos homens de governo. O “efeito” de administração e o “exercício cotidiano do poder”¹⁶ chegavam às comarcas e materializavam o poder do Estado por meio de ofícios publicados em jornais.

Passava-se do pessimismo à euforia na mesma velocidade das publicações periódicas, para em seguida caírem no esquecimento geral. A publicidade dos projetos vinha acompanhada do entusiasmo dos articulistas que referendavam os efeitos da escrita. A propósito de um projeto acerca das potencialidades dos rios Araguaia e

¹⁵As viagens científicas e administrativas empreendidas através do território brasileiro acentuou-se a partir de 1808. Nessa centúria há uma profusão de relatos de viagens publicados em livros e jornais, cartas e panfletos, narrativas que intencionam dar a conhecer ao mundo “civilizado” o exotismo dos usos e costumes das terras exploradas e de áreas ainda por explorar. Entre os viajantes, Capistrano ressalta a proeminência do barão de Eschwege, seguido mais tarde por Agassiz, Hartt e Derbi e Martius, considerando em “plano inferior” as obras A. de Hilairé. “Dentre todos avulta por seu espírito genial Carlos Hartt, a quem se deve a primeira Geografia física do Brasil, a inauguração da Arqueologia brasileira, estudos das línguas indígenas” (ABREU, 2003: 34).

¹⁶ Para Hespanha (1986), administração “é uma prática corporizada em coisas” como o espaço, os equipamentos e processos administrativos, as estruturas humanas da administração, o saber administrativo, a mentalidade administrativa. “Na verdade, a atividade administrativa não se esgota numa série de regulamentos ou numa constelação de cargos, decorrentes da vontade arbitrária do poder”. (1986: 39).

Tocantins, o visionário articulista do jornal construiu com palavras a “maior rede de comunicação da América do Sul”, capaz de “rivalizar” e quiçá superar as comunicações desenvolvidas na América do Norte, nos vales do Mississipi e Missouri.¹⁷ Faziam-se poucas ponderações sobre a materialidade do espaço, das tecnologias disponíveis, dos recursos financeiros e humanos que tais projetos requeriam. O desejo de prosperidade obscurecia a realidade econômica e financeira e mostrava o contraste entre empreendimentos e o meio que pretendiam subverter. “Esses contrastes, que levaram à falência homens do porte de Mauá, e casas da importância da de Souto, situam o choque entre audácia de alguns pioneiros e a resistência de uma estrutura econômica ainda precária, viscerada dos descompassos a que a levava a herança colonial” (SODRÉ, 1967: 168ss)

A história providencialista creditava aos infortúnios estruturais um desígnio irremediável da falta de sorte. Nas palavras de um bispo, a província de “Goiás era composta de uma população pouco favorecida da fortuna”; nem os “melhores desejos” seriam capazes de tirá-la dessa situação. Um homem de formação religiosa, cujo espírito se supõe voltado para o plano do etéreo, mostra-se desacomodado da terra onde não via esperança de melhorias apesar da abundância de natureza e cujos habitantes eram desacreditados pela falta de iniciativa e dominados pela preguiça. Em 1875, Visconde de Taunay escreveu em seu relatório que:

Goiás, essa região favorecida, é o centro do Brasil, cuja maior vitalidade e civilização concentram-se, como é sabido, na orla marítima, embora se alargue de dia para dia; Goiás não tem população para bem povoar uma zona sequer de seu imenso território; não tem hábitos de trabalho constante, pois não vê a retribuição imediata do labor; não sente em si a evolução do progresso; vive vida lânguida e desanimada e, prostrado sobre minas riquíssimas de ouro, não possui um real de seu (TAUNAY, 1876: 56).

CONCLUSÃO

A pesquisa sobre a história das regiões “fronteiriças” e remotas do século XIX no Brasil apresenta dificuldades estruturais. A desproporção entre a vastidão territorial e a escassez de homens e mulheres eram de somenos importância para cultura letrada. Em

¹⁷ Em 1932, as expectativas continuavam embasadas no mesmo pilar: “resolvido este problema do transporte, virá imediatamente o da colonização. Sem vias de escoamento fácil para a produção é inútil cogitar-se de colonizar qualquer território”. [...] “Goyaz terá um futuro grandioso; mas este depende exclusivamente de se facilitar a circulação do sangue da produção pelas largas artérias dos seus grandes rios” (*Informação Goyana*, (1920): 11.

razão disso, as experiências históricas desse período ficaram registradas pelos representantes do Estado, que constituíam evidências indiretas do mundo sertanejo. No caso específico da região Norte de Goiás, grande parte dos registros referidos aos Oitocentos foi enviada a Goiânia, quando da fundação do estado do Tocantins, em 1988. Os documentos que permaneceram no recém-fundado estado encontram-se em péssimo estado de conservação, acondicionados em caixas de papelão em lugares inapropriados. Os registros de batizados, casamentos, óbitos, crisma, livros de tomo, livros de contabilidade e outros permanecem sob a guarda das paróquias locais.

Os registros cartoriais permaneceram onde foram produzidos, sem tratamento e sem organização, o que entrava os estudos históricos sobre a administração fundiária, dos negócios de compra e venda de terrenos e de transmissão de bens familiares. Os fóruns das cidades do interior guardam uma quantidade considerável de processos criminais, testamentos e inventários, documentos igualmente sem organização. Manuseá-los foi uma empreitada que demandou mais de um ano. A racionalização da memória do século XIX naquela região significa, como bem escreveu Marc Bloch, “negligência” e “paixão pelo sigilo” (1997: 85).

As dificuldades de acesso, somada à desorganização dos arquivos, desanimam os estudiosos do período. Em razão disso são poucos os estudos sobre o século XIX na região Norte de Goiás. A fundação do estado do Tocantins (1988) tornou-se o ato oficial de criação do novo, marco inaugural que vem tematizando os estudos históricos de lá. O esquecimento do passado, uma fuga da história, garantiria um discurso modernizante sem as amarras de um passado de atraso e pobreza. O resultado desses anseios reflete-se na carência de estudos transversais, à luz dos realizados sobre a formação das famílias na América portuguesa e no Brasil do século XIX, por exemplo (BACELAR, 2001; COSTA, 1992; EISENBERG, 1987; FERREIRA, 2000; KLEIN, 1978).

Faltam estudos sobre a ocupação territorial, particularmente os referidos à posse de terras e posterior regularização das propriedades – processo iniciado após a Lei de Terras de 1850 (MOTTA, 1998; 2006; 2006a; 2011), regulamentada em 1854 que dificultou os modos de apropriação da terra. “As exigências para a legalização das posses eram de tal natureza que os pequenos proprietários ficaram automaticamente excluídos dos benefícios da lei”. A complexidade da ordenação jurídica prejudicou aqueles a quem deveria ter beneficiado. “Em 1865 constava que 4/5 do solo estavam nas

mãos dos grandes proprietários. O Governo detinha apenas 1/5, e essa quinta parte era constituída de terras afastadas do curso d'água, das estradas, do litoral ou dos centros de população e, às vezes, expostas aos ataques dos índios” (COSTA, 2001: 171).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREUCAPISTRANO, J. *Ensaio e estudos. Crítica e história*. Brasília: Edições do Senado Federal, 2003.

ABUDE, K. M. A construção das fronteiras brasileiras: uma tarefa de historiadores. *Anais do XX Simpósio Nacional de História* – ANPUH, Florianópolis, Brasil, jul, 1999.

BRASIL, A. Cunha Matos em Goiás. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, t. 96, v. 150, p. 207.

BACELAR, C. A. P. *Viver e sobreviver em uma vila colonial: Sorocaba, século XVII e XIX*. São Paulo: Annablume, 2001.

BARBOSA, A. C. “Notícia bibliográfica”, *Revista Trimensal do Instituto Histórico Geográfico do Brasil*. Rio de Janeiro, 66, (108), 83-120, 1903.

BERLINCK, R. A. Crônicas e relatos de viagens: fontes para o estudo da história da língua. In: AZEVEDO C. A.; MURAKAWA M. F. G (org.), *Série trilhas linguísticas. Novas contribuições para o estudo da história e da historiografia da língua portuguesa*, 2007.

BLOCH, M. *Apologia da história e o ofício de historiador*. Rio de Janeiro, Editora Zahar, 1997.

BOURDIEU, P. *Razões práticas: sobre a teoria da ação* – Espírito de Estado: gênese e estrutura do campo burocrático. Campinas: Papirus, 1996.

CHAUL, N. N. F. *Caminhos de Goiás: a construção da decadência aos limites da modernidade*. Goiânia: Editora UFG, 1997.

COSTA, E. V. “O escravo na grande lavoura”. *História Geral da Civilização Brasileira. (Reações e transações)*, 171, 2001.

COSTA, I. D. N. *Arraia-miúda. Um estudo sobre os não proprietários de escravos no Brasil*. São Paulo: SPMF, 1992.

CUNHA MATTOS, R. J. Corografia histórica da província de Goiás. *Revista do Instituto Histórico Geográfico do Brasil*, RJ: R. L. Garnier/Livreiro-editor, 37, 1974.

CUNHA MATTOS, R. J. Corografia histórica da província de Goiás. *Revista do Instituto Histórico Geográfico do Brasil*, RJ: R. L. Garnier/Livreiro-editor, 38, 5-150, 1975.

CUNHA, E. *Os sertões*. Brasília: Edições do Senado Federal, 1994.

EISENBERG, P. As alforrias no século XIX. *Estudos Econômicos*, 17 (12):175-216, maio/ago, 1987.

FAORO, R. *Os donos do poder*. Rio de Janeiro: Editora Globo, 1994.

FERREIRA, R. G. *Na pia batismal: família e compadrio entre escravos na freguesia de São José do Rio de Janeiro (primeira metade do século XIX)*. Niterói, Dissertação (Mestrado), Universidade Federal Fluminense, 2000.

GOYAZ. Relatório Presidente de Província, 1886.

GOYAZ. Relatório Presidente de província, 1862.

GOYAZ. Relatório presidente de província, 1835.

HERMANN, J. O cenário de encontro dos povos: a construção do território. *Brasil: 500 anos de povoamento*. Rio de Janeiro: IBGE, Centro de Documentação e Disseminação de Informações, 2007.

HESPANHA, A. M. Centro e periferia no sistema político português do Antigo Regime. *Lehistória*, 8, 35-60, s/d.

HESPANHA, A. M. *A história do direito na história social*. Lisboa: Livros Horizonte, 1978.

IGLESIAS, F. Vida política, 1848–1868. *História geral da civilização brasileira*. (Império). V. II, Bertrand Brasil, 1994.

Jornal Informação Goyana, (1920): 11.

Jornal O Paiz, 3 set. 1885: 3

Jornal O Publicador Goyano, 13 set. 1885: 1.

KLEIN, H. Os homens livres de cor na sociedade escravista brasileira. *Dados*. Rio de Janeiro, 17, 3-27, 1978.

KODAMA, K. *Itinerários, corografias e escritas da história: as viagens e os registros de Raimundo José da Cunha Matos no Império do Brasil*. Fundação Casa de Rui Barbosa, *Escritos*, Ano 2, n. 2, 17, p. 392, 2008.

LE GOFF, J. *História e memória*. Campinas: Editora da Unicamp. Coleção Repertórios, 1990.

LEFEBVRE, H. *A produção do espaço*. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (*La production de l'espace*, 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000), 2006.

LENHARO, A. *As tropas da moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil: 1808–1842*. Rio de Janeiro: Coleção Biblioteca Carioca, 25, 23 e 26, [2ª ed.], 1993.

MOTTA, M. M. M. *Nas fronteiras do poder*. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Rio de Janeiro. Coleção Vício de Leitura, 1998.

_____. *Caíndo por terra: um debate historiográfico sobre o universo rural dos Oitocentos*”, *Lutas & Resistências*. Londrina, Brasil, 1, 55, 2006a.

_____. “Feliciano e a botica”. In: Silvia H. L.; JOSELI, M. N. M. (Orgs.), *Direitos e justiças no Brasil: ensaios de história social*. Campinas: Editora da Unicamp, 245 e 260, 2006b.

_____. (2011) “Fronteiras internas no Brasil do século XIX: um breve comentário. Vivências. O rural redescoberto: novas perspectivas nos estudos sobre a história do direito à terra no Brasil”, *ComCiência*, Campinas, Brasil, (133).

PUNTONI, P. O Sr. Varnhagen e o patriotismo caboclo: o indígena e o indianismo perante a historiografia brasileira. In: IstvánJancsó (Org.), *Estudos Históricos.Brasil: Formação do Estado e da nação*. São Paulo: Editora Fapesp/Hucitec, 2003.

REBOUÇAS, A. À democracia rural brasileira. <http://www.brasiliana.usp.br/handle/1875/01615110>.

RODRIGUES, N. B. *Nos caminhos do Império: a trajetória de Raimundo José da Cunha Mattos*. Tese (Doutorado), Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

SALLES, G. V. F. *Economia e escravidão na Capitania de Goiás*. Goiânia: Cegraf/UFG, 24, 229. Coleção Documentos Goianos, 1992.

SCHIAVINATTO, I. L. Imagens do Brasil: entre a natureza e a história. In: ISTVÁN J; NOVAIS, F. (Orgs.), *Estudos históricos. Brasil: formação do estado e da nação*. São Paulo: Editora Fapesp/Hucitec, v. 50, 2003.

SEVCENKO, N. O front brasileiro na guerra verde: vegetais, colonialismo e cultura. *Revista USP*, São Paulo, 30, 108–119, jun./ago.

SODRÉ, N. W. *O que se deve ler para conhecer o Brasil*. São Paulo: Civilização Brasileira. Coleção Retratos do Brasil. [3ª. ed.], 1967.

SÜSSEKIND, F. Palavras loucas, orelhas moucas: os relatos de viagem dos românticos brasileiros. *Revista USP*, São Paulo, 30, jun./ago.

TAUNAY, A. E. *Exposição Nacional de 1875*. Rio de Janeiro. Tipografia Nacional, 1876.

TAUNAY. A. E. *Goyaz*. (Acesso domínio público em: 18 mar. 2012), 1875

VISCONDE DE URUGUAI. Estudos práticos sobre a administração das Províncias do Brasil, tomo II. Rio de Janeiro, Garnier.Decadência, In Enciclopédia Einaudi, vol 1. (Memória-História), Imprensa Nacional, Porto, 1997.

Trabalho enviado em: 06/08/2016
Trabalho aceito em: 04/01/2019